



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente processo licitatório, o Registro de Preços Corporativo para aquisição parcelada de **Equipamentos de Proteção Individual-EPI** para os órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo do Município de Santa Cruz do Capibaribe/PE durante o período de 12 (doze) meses, conforme especificações e quantitativos contidos no Apêndice I.

1.1.1. Os quantitativos do objeto deste Termo de Referência estão divididos da seguinte forma:

1.1.1.1. ITENS: 1 ao 44 e 47 ao 55. - exclusivamente à participação de Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e Microempreendedores Individuais - MEI, conforme determina o art. 48, inciso I da Lei Complementar nº 123/2006, com alterações da Lei Complementar nº 147/2014 e da Lei Complementar 155/2016.

1.1.1.2. ITEM: 45 - Cota Principal que correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) da quantidade total dos itens, destinados à participação dos interessados que atendam aos requisitos do Edital.

1.1.1.3. ITEM: 46 - Cota Reservada que correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade total dos itens, reservada à participação exclusiva de Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e Microempreendedores Individuais - MEI, sem prejuízo da sua participação na cota principal, conforme determina o art. 48, inciso III da Lei Complementar nº 123/2006, com alterações da Lei Complementar nº 147/2014 e da Lei Complementar 155/2016.

1.1.1.4. ITEM: 52 – Ampla Concorrência, nos termos do **art. 49, §1º, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006**

1.1.1.4.1. **Justificativa da Não Divisão em Cotas: Uniforme de Gari e Construção Civil (Item 52).**

1.1.1.4.1.1. Considerando o disposto no **art. 20, §7º da Lei nº 14.133/2021**, que estabelece a possibilidade de divisão do objeto com vistas à ampliação da competitividade, a Administração opta, motivadamente, pela **não divisão do item 52 – uniforme de gari e construção civil – em cota principal e cota reservada.**

1.1.1.4.1.2. Tal decisão está baseada na **necessidade de padronização técnica e visual do uniforme**, de modo a garantir a **uniformidade de cor, tecido, modelagem, resistência e acabamento**, o que é essencial para a **identificação adequada**



dos servidores em campo, a preservação da imagem institucional e a segurança das equipes.

1.1.1.4.1.3. Além disso, a divisão do fornecimento entre diferentes fornecedores implicaria riscos à coerência e à padronização exigida, podendo comprometer a execução e a finalidade da contratação, o que configura **situação de não vantajosidade para a Administração Pública.**

1.1.1.4.1.4. Dessa forma, nos termos do **art. 49, §1º, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, a divisão em cotas é afastada por não ser vantajosa à Administração Pública**, diante da necessidade de garantir o atendimento uniforme e padronizado das especificações do objeto.

1.1.1.4.1.5. A medida está também amparada nos princípios da **eficiência, interesse público e razoabilidade**, conforme **art. 2º da Lei nº 9.784/1999** e **art. 37 da Constituição Federal**, além de estar de acordo com as boas práticas recomendadas pelo **Tribunal de Contas da União**, no sentido de que a fragmentação do objeto não deve comprometer a execução contratual ou a qualidade da solução.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Secretaria de Planejamento e Gestão de Pessoas: Para um melhor serviço prestado aos departamentos inclusos na Secretaria de Planejamento e Gestão de Pessoas. Se faz necessária a aquisição dos EPI para promover maior segurança e conforto para os servidores lotados em nossa secretaria.

2.2. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Mulher: O equipamento de proteção individual – EPI é o produto utilizado para o amparo do trabalhador no exercício de suas funções, protegendo-o de eventuais riscos que o este pode estar exposto comprometendo sua segurança e saúde. A conscientização do uso destes equipamentos de segurança, bem como os uniformes destinados a cada trabalhador, garante a qualidade de vida e de serviço deste, sendo de fundamental importância para o cumprimento do papel desempenhado pelo servidor. Os equipamentos de Segurança e Proteção (EPI) integram a relação de itens fundamentais para os servidores poderem realizar o atendimento as pessoas que dependem dos Serviços prestados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Mulher medida esta, garantindo a proteção necessária aos profissionais desta repartição e também aos munícipes que buscam os serviços desta Secretaria. Sendo assim, essa aquisição é de suma importância para prevenir e eliminar riscos capazes de ameaçar a segurança e saúde dos trabalhadores.

2.3. Secretaria Municipal De Saúde: Os equipamentos fazem parte de material de proteção individual, destinados à proteção contra riscos capazes de ameaçar a segurança e a saúde do trabalhador. Assim, os Equipamentos de EPI são de grande importância para preservar a integridade física dos empregados lotados nas Unidades de Saúde da Família, Emergência e Ambulatorial.



2.4. Secretaria de Defesa Social: se faz necessário a aquisição de materiais de EPI com o propósito de garantir a segurança e proteção dos servidores públicos da Secretaria de Defesa Social.

2.5. Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Inovação, Turismo e Agricultura : Tendo em vista a necessidade de darmos continuidade a todos os serviços até então desenvolvidos para reparos e manutenções de locais como: Quiosques, calçadão Miguel Arraes, Praça de alimentação, manutenção interna dos setores da Secretaria e Sala do empreendedor, faz-se necessária a aquisição de materiais de EPI (Equipamentos de proteção individual), para atender a demanda da Secretaria de Desenvolvimento econômico, inovação, turismo e agricultura do Município de Santa Cruz do Capibaribe.

2.6. Secretaria De Desenvolvimento Urbano: Os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) protegem a saúde e a integridade do Trabalhador contra riscos no exercício de suas atividades. O uso consciente de tais Equipamentos garante a qualidade de vida e do Serviço prestado a toda a população. Para os Servidores da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, os EPIs são essenciais para o melhor atendimento à população, garantindo a proteção tanto dos mesmos quanto dos munícipes que buscam os serviços da Secretaria. A aquisição de EPIs é, portanto, crucial para prevenir e eliminar riscos à segurança e à saúde dos trabalhadores.

2.7. Secretaria De Educação: A compra de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) pela Secretaria Municipal de Educação pode ser estruturada com base nos seguintes aspectos:

- a) Cumprimento das Normas de Segurança e Saúde: A Secretaria Municipal de Educação tem a responsabilidade de garantir um ambiente seguro para seus servidores e alunos. O fornecimento de EPIs é essencial para cumprir as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), especialmente a Norma Regulamentadora nº 6 (NR-6), que exige o uso de EPIs sempre que houver risco para a saúde e segurança dos trabalhadores, inclusive os que atuam em instituições educacionais.
- b) Proteção dos Profissionais de Educação: O uso de EPIs é imprescindível para proteger os profissionais de educação (como professores, auxiliares e funcionários administrativos) de riscos relacionados à sua atividade. No contexto atual, com o COVID-19 e outras doenças transmissíveis, o fornecimento de EPIs (máscaras, luvas, álcool em gel, etc.) também é uma medida de proteção contra contaminações e infecções, garantindo a segurança de todos dentro da escola.
- c) Manutenção de um Ambiente Seguro para os Estudantes: Embora a maioria dos EPIs seja destinada aos profissionais da educação, a compra de materiais de proteção também pode se justificar pela necessidade de assegurar a segurança dos alunos, especialmente em atividades práticas ou em situações onde há risco de acidente. Isso pode incluir o uso de EPIs em oficinas, atividades extracurriculares ou em situações emergenciais.
- d) Prevenção de Acidentes e Doenças Ocupacionais: A aquisição de EPIs visa a redução de acidentes de trabalho e a prevenção de doenças ocupacionais, minimizando o risco de afastamentos e promovendo um ambiente de trabalho mais saudável. Essa medida também contribui para o cumprimento das orientações dos órgãos de saúde e segurança no trabalho.



- e) Obrigações Legais e Transparência: A compra de EPIs por meio de processo licitatório segue a legislação vigente e os princípios da administração pública, como a transparência, a isonomia e a busca pela melhor oferta. A licitação assegura que o processo seja feito de maneira legal, transparente e competitiva, permitindo que a Secretaria Municipal de Educação adquira produtos de qualidade com o melhor custo-benefício.
- f) Necessidade Contínua e Regular de EPIs: A justificativa também pode destacar que a utilização de EPIs é uma necessidade contínua e regular dentro do ambiente escolar, especialmente em momentos de retorno presencial das atividades educacionais ou em situações específicas que envolvam risco de contaminação ou acidentes.

2.8. Secretaria de Mobilidade Urbana: A necessidade de aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para os servidores da Secretaria de Mobilidade Urbana, se dá em virtude da garantia da proteção e segurança, no cumprimento das atividades dos Agentes de Trânsito e dos servidores pertencentes à equipe de Serviços Viários. Permitindo que todos eles estejam aptos a desempenharem suas funções no serviço público aos cidadãos da cidade de Santa Cruz do Capibaribe.

2.9. Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente: - A presente solicitação justifica-se pela necessidade do uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI) é de grande importância no cotidiano em serviços prestados no município de Santa Cruz do Capibaribe/PE, serviços estes que demandam uma atenção maior, devido ao risco que os servidores públicos enfrentam. Pensando na segurança dos servidores solicitamos a aquisição dos EPI's. - Ao solicitar os Equipamentos de Proteção Individual, nós atentamos ao obedecer às normas postas nas Lei nº 6.514/77 a CLT que é regulamentado pela NR6, desta forma também foi exigido que todos os itens descritos no Apêndice I, cumpra com as normas exigidas na mesma lei.

3. DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR:

3.1. A elaboração de Estudo Técnico Preliminar não se faz necessária, uma vez que, o objeto desta contratação não se encontra em nenhuma das hipóteses obrigatórias listadas no art. 18 do Decreto Municipal nº 100/2023.

4. DO PREGÃO ELETRÔNICO E DO REGISTRO DE PREÇOS CORPORATIVO

4.1. A aquisição do objeto em tela deve ocorrer através de Pregão na forma eletrônica por se tratar de bens caracterizados comuns, eis que possuem padrão de desempenho e qualidade passível de definição objetiva em edital, através de especificações usuais do mercado, nos termos do art. 29º da Lei nº 14.133.

4.2. A adoção do registro de preços enquadra-se nas hipóteses previstas nos incisos I II e III do art. 38º do Decreto Municipal nº 099/2023.

4.2.1. O Registro de Preços Corporativo deve ser adotado em virtude dos benefícios da economia de escala, a ser obtida em razão de um quantitativo maior a ser licitado, bem como a agilidade nas aquisições e a redução do número de licitações (um único processo ajustando as condições de fornecimento, os preços e os respectivos fornecedores, para os órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo do Município,



resultando em uniformidade das especificações e, conseqüentemente, menores custos de propriedade).

5. DOS QUANTITATIVOS E DAS DESCRIÇÕES

5.1. Os itens a serem adquiridos, as formas de apresentação e as quantidades estimadas, estão descritos no Apêndice I deste Termo de Referência.

6. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

6.1. A empresa a ser contratada deverá ser aquela que oferecer o **MENOR PREÇO** por **ITEM**, modo de disputa: **ABERTA**.

7. DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas com a execução do objeto desta licitação possuem valor máximo total aceitável de **VALOR TOTAL: R\$ 1.091.117,46 (Um milhão, noventa e um mil, cento e dezessete reais e quarenta e seis centavos)**.

8. DA VIGÊNCIA

8.1. A ata de registro, decorrente do procedimento realizado terá vigência no período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada na forma do art. 84º da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

9. COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

9.1. A condição de Microempresa (ME), de Empresa de Pequeno Porte (EPP) e de Microempreendedores Individuais (MEI), para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006 (arts. 42 a 45), deverá ser comprovada mediante:

I. Empresas optantes pelo Sistema Simples de Tributação:

- a) Comprovante de opção pelo Simples obtido através do site da Secretaria da Receita Federal, <http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/simples/simples.htm>;
- b) Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do Artigo 3º da LC 123/2006.

II. Empresas não optantes pelo Sistema Simples de Tributação:

- a) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício - DRE comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do Artigo 3º da LC 123/2006;
- b) Cópia da Declaração de Informação Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ e respectivo recibo de entrega, em conformidade com o Balanço e a DRE;
- c) Comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- d) Cópia do contrato social e suas alterações;



e) Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do Artigo 3º da LC 123/2006.

9.2. Os documentos relacionados no subitem 9.1., para efeito de comprovação da condição de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, poderão ser substituídos pela Certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos da Instrução Normativa do DREI nº 10, de 05 de dezembro de 2013.

9.3. As Microempresas, as Empresas de Pequeno Porte e os Microempreendedores Individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.4. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado às Microempresas, as Empresas de Pequeno Porte e os Microempreendedores Individuais, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.5. prazo para regularização de documentos que se trata o § 1º do art. 43, não se aplica aos documentos relativos à habilitação jurídica, à qualificação técnica e qualificação econômica-financeira.

9.6. A não-regularização da documentação, no prazo no subitem 9.4. deste Termo de Referência, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em Lei, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, ou revogar a licitação.

9.7. Na presente licitação será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

9.8. Nesta modalidade (Pregão), o intervalo percentual estabelecido no § 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores, será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

9.9. Para efeito do disposto no subitem anterior, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

9.9.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

9.9.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do art. 45 da Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do § 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.



9.9.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no § 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.9.4. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do art. 45 da Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

9.9.5. O disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

10. PROPOSTA DE PREÇOS ELETRÔNICA

10.1. A empresa deverá encaminhar proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

10.2. A proposta de preços será elaborada eletronicamente, com base nas condições definidas neste, e deverá conter:

10.2.1. Descrição do objeto da licitação, já contemplado no sistema.

10.2.2. O valor unitário e global do ITEM que deseje concorrer, o qual deverá ser expresso em moeda corrente nacional com 02 (duas) casas decimais após a vírgula.

10.2.3. Indicação da marca/fabricante dos produtos ofertados, a qual ficará vinculada.

10.3. A proposta de preços, neste momento, não deverá conter dados que identifiquem o licitante, sob pena de desclassificação da mesma.

10.4. A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

10.4.1. A declaração falsa relativa ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste.

10.5. Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste.

10.6. Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente registrada.

10.7. O encaminhando de proposta de preços para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste.



10.8. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Órgão promotor da licitação a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

10.9. Incumbirá à empresa acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou desconexão.

10.10. Serão desclassificadas as propostas de preços que não atenderem às exigências deste, apresentarem preços inexequíveis, ou contiverem irregularidades insanáveis.

10.11. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação

10.12. Não será aceito proposta com quantitativos inferiores ao máximo descrito neste Termo de Referência.

11. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

11.1. Nos termos do art. 117, da Lei n.º 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11.3.1. O objeto do presente Termo de Referência será recebido:

- a) Provisoriamente, pelo fiscal para efeito de posterior verificação de conformidade do produto com a especificação constante no Termo de Referência;
- b) Definitivamente, pelo fiscal após a conferência, verificação da especificação, qualidade, quantidade e da conformidade do produto entregue, de acordo com a proposta apresentada.



11.3.2. O recebimento definitivo não exclui as responsabilidades administrativa, civil e penal da Detentora/Contratada.

11.3.3. O produto deve ser entregue em perfeito estado e com plena condição de uso.

12. DOS PRAZOS DA ENTREGA.

12.1. O prazo para entrega do objeto do presente edital será de até 15 (quinze) dias úteis, contado da emissão da Autorização de Fornecimento ou nota de empenho.

12.1.1. A Contratada ficará obrigada a trocar o(s) produto(s) que vier(em) a ser rejeitado(s) por não atender(em) à(s) especificação(ões) constantes no Termo de Referência, sem que isto acarrete qualquer ônus à Administração ou importe na relevação das sanções previstas na legislação vigente. O prazo para entrega do(s) novo(s) produto(s) será de até 10 (dez) dias consecutivos, contado do recebimento da solicitação.

12.1.2. O objeto deste Termo de Referência deverá ser entregue pela(s) licitante(s) vencedora(s), por sua conta, risco e expensas, nas quantidades solicitadas pelo Contratante, no seguinte endereço: Central de Abastecimentos, localizada na Rua Artur da Silva Correia nº 44, Bairro Santo Agostinho, Santa Cruz do Capibaribe - PE, no horário de 07:00h às 13:00h, de segunda à sexta-feira.

13. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

13.1. A contratada obriga-se a:

13.1.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

13.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18, 23, 24 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078, de 1990);

13.1.3. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Secretaria, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, conforme o prazo do subitem 13.1.1 os produtos com avarias ou defeitos;

13.1.4. Atender prontamente a quaisquer exigências da Secretaria, inerentes ao objeto deste Termo de Referência;

13.1.5. Comunicar à Secretaria, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

13.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.



13.1.7. Manter durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, tais como condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e para a contratação;

13.1.8. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou no contrato;

13.1.9. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia, ENTREGA e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

13.1.10. Possibilitar a Secretaria, em qualquer etapa, o acompanhamento completo do fornecimento dos produtos, fornecendo todas as informações necessárias e/ou resposta a qualquer solicitação da Contratante;

13.1.11. Responder pelos danos causados diretamente ao Município, a suas Secretarias e/ou aos demais Fundos ou a Terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, reparando as suas custas, quando da execução do objeto deste Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou o acompanhamento desta;

13.1.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento das prescrições referentes às leis trabalhistas e previdência social e de segurança do trabalho, em relação a seus empregados;

13.1.13. Comunicar por escrito eventual atraso e anormalidade de caráter urgente, prestando os esclarecimentos julgados necessários, apresentando para tantas razões justificadoras a serem apreciadas pela Secretaria.

13.1.14. Não transferir sob nenhum pretexto sua responsabilidade para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

13.1.15. Indicar preposto para recebimento das notificações, informando o endereço eletrônico (e-mail), fax e telefone;

13.1.16. Responsabilizar-se com todas as despesas relativas à aquisição, impostos, taxas, etc.

13.2. A Contratante obriga-se a:

13.2.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos;

13.2.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;



13.2.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

13.2.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

13.2.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

13.2.6. Responder, no prazo de 15 (quinze) dias os pedidos de repactuação de preços e restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro.

13.2.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada a terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto da contratação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14. DA HABILITAÇÃO

14.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

14.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos no banco nacional de compras, e ainda nos seguintes cadastros:

14.2.1. Possuir Cadastro no **BNC (Banco Nacional de Compras)**;

14.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

14.2.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

14.2.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>

14.2.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.



14.2.5.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

14.2.5.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

14.2.5.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

14.2.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

14.2.7. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

14.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do **Banco Nacional de Compras**, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica.

14.3.1. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **Banco Nacional de Compras**, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

14.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Termo de Referência e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

14.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

14.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

14.7. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

14.7.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.



14.8. Para fins de habilitação a este Pregão, deverá à licitante detentora da melhor oferta, encaminhar exclusivamente por meio do sistema eletrônico, no prazo de 02 (duas) horas contadas da solicitação emitida via chat pelo Pregoeiro, os documentos abaixo relacionados:

14.8.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

14.8.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

14.8.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

14.8.1.3. No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

14.8.1.4. Documento oficial de identificação que contenha foto do representante do licitante;

14.8.1.5. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

14.8.1.6. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

14.8.1.7. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

14.8.1.8. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

14.8.1.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

14.8.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

14.8.2.1. A regularidade fiscal será comprovada pelos seguintes documentos:

14.8.2.2. **CNPJ - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas**, conforme o caso;



14.8.2.3. **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

14.8.2.4. **Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);**

14.8.2.5. **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

14.8.2.6. **Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual**, através da Certidão Negativa junto aos Estado em que o licitante é domiciliado.

14.8.2.7. **Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal**, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, da sede da licitante;

14.8.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

14.8.3.1. Certidão de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física, datado dos últimos 60 (sessenta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. Admite-se a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de processo de licitação (Acórdão 1201/2020 - TCU Plenário);

14.8.3.2. As empresas sediadas em Pernambuco deverão anexar também a Certidão Negativa de Falência referente aos processos distribuídos pelo PJe (Processos Judiciais eletrônicos - 1º e 2º grau), quando explicitamente excluídos na Certidão exigida no subitem 14.8.3.1.

14.8.4. Balanço Patrimonial

14.8.4.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou de outro indicador que o venha substituir.



- 14.8.4.1.1. O balanço deverá ser registrado na entidade competente e também assinado pelo Administrador da Empresa e pelo Contador;
- 14.8.4.1.2. O Balanço Patrimonial deverá ser acompanhado de cópia do termo de abertura e de encerramento, extraídos do livro Diário, devidamente registrado no órgão competente, nas condições de apresentação do balanço patrimonial;
- 14.8.4.1.3. As microempresas, as empresas de pequeno porte e as empresas que trabalham sob regime de lucro presumido deverão também apresentar, obrigatoriamente, o Balanço Patrimonial na forma aqui exigida, não podendo o mesmo ser substituído por nenhum outro documento, nos termos da Resolução CFC nº 1.330/11.
- 14.8.4.1.4. Os balanços emitidos via Sistema Público de Escrituração Fiscal Digital - SPED Fiscal, serão aceitos devidamente autenticados, mediante recibo de entrega emitido pelo SPED, conforme autoriza o art. 78 -A, §1.º e § 2.º do Decreto n.º 1.800/1996, alterado pelo Decreto n.º 8.683/2016.
- 14.8.4.1.5. Serão considerados e aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:
- 14.8.4.1.6. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 - Lei das Sociedades Anônimas:
- Publicados em Diário Oficial;
 - Publicados em jornal de grande circulação;
 - Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.
- 14.8.4.1.7. por cota de responsabilidade limitada (LTDA):
- Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou
 - Fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.
- 14.8.4.1.8. Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei nº 123, de 05 de dezembro de 2006 - Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte "SIMPLES":
- Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou



- Fotocópia do balanço e das demonstrações contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

14.8.4.1.9. Sociedade criada no exercício em curso:

14.8.4.1.10. Fotocópias do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

14.8.4.1.11. Fundações:

- Fotocópia do livro diário, inclusive com os Termos de Abertura e encerramento, devidamente registrado em cartório;
- Atestado de Regularidade junto ao Ministério Público (Prestação de Contas);
- Atestado de regularidade e aprovação de contas, relativo ao último exercício social emitido pela Promotoria de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse Social, ou órgão similar, da sede do licitante.

14.8.4.1.12. Balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

14.8.4.1.13. Com base nos dados extraídos do Balanço Patrimonial será avaliada a capacidade financeira da empresa, devendo ser atendidos os seguintes índices:

3) Índice de Liquidez Corrente

$$\text{ILC} = \text{Ativo Circulante} \div \text{Passivo Circulante} \geq 1,00$$

4) Índice de Liquidez Geral

$$\text{ILG} = \text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo} \div \text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo} \geq 1,00$$

14.8.4.1.14. Os índices acima descritos poderão ser demonstrados, em folha própria, fazendo-se constar os dados do balanço que lhes deram origem.

14.8.4.1.15. Quando se tratar de empresa individual ou sociedade por cotas de responsabilidade limitada, o Município de Santa Cruz do Capibaribe se reservará ao direito de exigir a apresentação do livro diário onde o balanço fiscal foi transcrito, para efeito de extração dos parâmetros para o julgamento e verificação dos valores apresentados e calculados pelas licitantes;



14.8.4.1.16. Quando se tratar de empresa com menos de 01 (um) ano de atividade, o balanço a ser apresentado será o Balanço de Abertura.

14.8.4.1.17. Os documentos referidos no subitem 14.8.4.1 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos.

14.8.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

14.8.5.1. Comprovante de desempenho de atividade da empresa licitante, através de Atestado(s) ou Certidão(ões), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante fornecido a qualquer tempo, ou estar fornecendo satisfatoriamente, no mínimo 30% da quantidade total do(s) item(ns) que tenha apresentado o menor lance ou similar a este, permitindo-se o somatório de atestados ou certidões, comprovando a boa qualidade do fornecimento, para o(s) licitante(s) que apresentar(em) a(s) menor(es) proposta(s) para(os) item(ns) 1 ao 49; e 10% dos itens 51 ao 55.

14.8.6. OUTRAS COMPROVAÇÕES

14.8.6.1. Declaração de ME/EPP caso a licitante se enquadre nesta condição, podendo ser utilizado o modelo constante do Anexo IV do Edital;

14.8.6.2. Declaração de Pleno Atendimento, podendo ser utilizado o modelo de Declaração Conjunta constante do Anexo V;

14.8.6.3. Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, podendo ser utilizado o modelo de Declaração Conjunta constante do Anexo V;

14.8.6.4. Dados comerciais para elaboração de contrato da vencedora do pregão, podendo ser utilizado o modelo de Declaração Conjunta constante do Anexo VI;

14.9. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

14.10. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, esta será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

14.11. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de



pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

14.12. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

14.13. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Termo de Referência.

14.14. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

14.15. O Pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes.

14.16. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

14.17. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

14.18. Caso haja algum documento ausente e que se refira à condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, e não foi entregue juntamente com os demais comprovantes de habilitação ou da proposta por equívoco ou falha, este haverá de ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro ainda na sessão, obedecendo o prazo estabelecido pelo pregoeiro. (ACÓRDÃO Nº 1211/2021 - TCU - Plenário).

14.18.1. O disposto previsto no art. 64, da Lei 14.133/2021, reproduz a vedação à inclusão de novos documentos, porém, deixa salvaguarda a possibilidade de diligência para a complementação de informações necessárias à apuração de fatos existentes à época da abertura do certame, o que se alinha com a interpretação de que é possível e necessária a requisição de documentos para sanear os comprovantes de habilitação ou da proposta, atestando condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame. (ACÓRDÃO Nº 1211/2021 - TCU - Plenário).



14.19. A validade das certidões corresponderá ao prazo fixado nos próprios documentos. Caso as mesmas não contenham expressamente o prazo de validade, o Município de Santa Cruz do Capibaribe convencionou o prazo como sendo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua expedição, ressalvada a hipótese de o licitante comprovar que o documento tem prazo de validade superior ao antes convencionado, mediante juntada de norma legal pertinente.

14.20. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos exigidos neste Pregão.

15.DA GESTÃO, FISCALIZAÇÃO DA(S) ATA(S) DE REGISTRO DE PREÇOS E DOS CONTRATOS QUE DELA ORIGINAREM

15.1. A Gestão da Ata de Registro de Preços Corporativa ficará sob a responsabilidade da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, através de seu Secretário.

15.1.1. A Gestão dos Contratos provenientes da Ata de Registro de Preços Corporativa ficará sob a responsabilidade do ordenador de despesas da unidade contratante.

15.2. A fiscalização da execução da Ata de Registro de Preços Corporativa e dos contratos que dela originarem dar-se-ão de forma setorial pelo fato do objeto ser executado de forma descentralizada, em setores distintos da Administração Pública Municipal:

15.2.1. Os fiscais designados serão:

- Secretaria de Planejamento e Gestão de Pessoa Pessoas: O Sr. Dielson Lucas da Silva, CPF N° 093.684.904-57.
- Fundo Municipal de Assistência Social: A Sra. Lays Kassyllene Ferreira da Silva, CPF N° 107.673.264-07
- Fundo Municipal de Saúde: A Sra. Anny Kátia dos Santos Silva CPF N° 066.449.814-02.
- Secretaria de Defesa Social: O(a) Sr(a). Gerônimo José Da Silva, CPF N° 029.299.334-02.
- Secretaria de Desenvolvimento econômico, turismo e agricultura: O(a) Sr(a). Wanderson Rodrigo Marques Bezerra CPF N° 045.453.394-25
- Secretaria de Desenvolvimento Urbano: O(a) Sr(a). Leonides Manoel De Souza, CPF N° 037.210.674-95
- Secretaria de Educação: O(a) Sr(a). José Alan Alyson Godoy Cabral, CPF N° 061.350.240-39



- Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente: O(a) Sr(a). Lívio Ferreira De Lima Silva, CPF N°028.417.174-37
- Secretaria Executiva de Mobilidade Urbana: O(a) Sr(a). José Mizaél Baltazar Da Silva, CPF N°141.140.654-07

15.2.1.1. Os fiscais serão designados para fiscalizar e acompanhar a execução do Contrato, na forma do que dispõe o art. 104, III c/c art. 117, ambos da Lei n. 14.133/21, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso do fornecimento do objeto e de tudo dará ciência a Administração.

15.2.1.2. Não obstante a empresa Detentora/Contratada ser a única e exclusiva responsável por toda execução contratual, ao Órgão Gerenciador/Contratante é reservado o direito de, sem qualquer forma de restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por prepostos designados.

15.3. Caberá ao fiscal da Ata de Registro de Preços Corporativa e dos Contratos que dela originarem:

- a) Responsabilizar-se pela vigilância e garantia da regularidade e adequação do fornecimento;
- b) Conhecer plenamente os termos registrados/contratuais sob sua fiscalização, principalmente suas cláusulas, assim como as condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações *in concreto* tanto do Órgão Gerenciador/Contratante quanto da Detentora/Contratada;
- c) Conhecer e reunir-se com o preposto da Detentora/Contratada com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do fornecimento;
- d) contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do edital e respectivos anexos;
- e) Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência registrada/contratual e seu efetivo resultado;
- f) Recusar o fornecimento irregular, não aceitando produto diverso daquele que se encontra especificado no presente Termo de Referência, no Edital, na Ata de Registro de Preços Corporativa e respectivo Contrato, assim como observar, para o seu correto recebimento;
- g) Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela Detentora/Contratada;



- h) Comunicar formalmente ao seu respectivo Gestor da Ata de Registro de Preços Corporativa/Contrato as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a Detentora/Contratada;
- i) Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da Ata de Registro de Preços Corporativa/Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

15.4. Caberá ao gestor da Ata de Registro de Preços Corporativa e dos Contratos que dela originarem:

- a) Autorizar a abertura de processo administrativo visando à aplicação das penalidades cabíveis, garantindo a defesa prévia à Detentora/Contratada.
- b) Emitir avaliação da qualidade do fornecimento;
- c) Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas registradas/contratuais;
- d) Analisar os relatórios e documentos enviados pelo fiscal;
- e) Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas registradas/contratuais apontadas pelo fiscal;
- f) Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela Detentora/Contratada, mediante a observância das exigências registradas/contratuais e legais;
- g) Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando para que o valor da Ata de Registro de Preços Corporativa e Contratos não seja ultrapassado;
- h) Orientar o fiscal da Ata de Registro de Preços Corporativa/Contrato para a adequada observância das cláusulas registradas/contratuais.

16. MEDIDAS ACAUTELADORAS

16.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

17. DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

17.1. Poderão ser celebrados contratos, discricionariamente, de acordo com as condições previstas na ata de registro de preço.

17.2. O PROPONENTE VENCEDOR terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da convocação, para assinar o Contrato ou anuir a ordem de serviço/fornecimento. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo PROPONENTE



VENCEDOR durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo Pregoeiro e sua equipe.

17.3. A recusa injustificada da vencedora em assinar o contrato de fornecimento, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo órgão gerenciador, no total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades legalmente estabelecidas, facultado à administração chamar os remanescentes, obedecida à ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, devendo o órgão gerenciador negociar o valor, procurando aproximá-lo daquele ofertado inicialmente, ou revogar esta licitação.

17.3.1. A recusa injustificada do concorrente PROPONENTE VENCEDOR em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido sujeitará, ainda, o concorrente à aplicação da penalidade de suspensão temporária pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses para participar de licitações realizadas pelo Município, bem como aplicação de multa de 10 % (dez por cento) do valor a ser contratado.

17.3.1.1. O recolhimento da multa referida no item anterior será feito, por meio de guia própria, para pagamento no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de sua emissão.

17.3.1.1.1. O não pagamento do título levará a inscrição do mesmo no Cadastro de Dívidas Ativas do Município de Santa Cruz do Capibaribe tornando-se título executivo para as medidas judiciais cabíveis.

17.3.2. Caso não ocorra o pagamento da multa, a penalidade será atenuada para que seja realizada a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a com o Município de Santa Cruz do Capibaribe - PE, enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir o município pelos prejuízos resultantes, não sendo inferior aos 24 (vinte e quatro) meses, estabelecidos no item 17.3.

17.4. A assinatura do contrato/ordem estará condicionada à comprovação da regularidade e validade da documentação apresentada pelo PROPONENTE VENCEDOR, na data da assinatura.

17.5. As comunicações entre o município e o interessado serão realizadas através do e-mail apresentado na Declaração de Pleno Atendimento e na proposta, sendo que considerar-se-ão recebidas todas as notificações encaminhadas por este meio.

18. RECEBIMENTO DAS NOTAS DE EMPENHO

18.1. Na emissão da nota de empenho os documentos comprobatórios de situação regular fiscal e trabalhista, apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com validade expirada, a empresa deverá providenciar a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade.



18.2. O fornecedor deverá manter, durante toda a vigência do ajuste, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

19. DO PAGAMENTO

19.1. Os pagamentos serão efetuados através de depósito em Conta Corrente, de titularidade da CONTRATADA obedecida as seguintes condições:

19.1.1. OS PAGAMENTOS SERÃO REALIZADOS CONTRA-APRESENTAÇÃO: Os pagamentos serão efetuados 30 (trinta) dias após apresentação das respectivas notas fiscais/faturas e devidamente atestadas pelo setor competente e de conformidade com os procedimentos normais de pagamento da Administração.

19.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

19.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n.º 14.133, de 2021.

19.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

19.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

19.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

19.7. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado, a critério da contratante.

19.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



19.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

19.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.

19.10.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

19.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

19.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, que será calculada pro rata die sobre INPC.

20. ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO

20.1. No interesse do Órgão gerenciador o valor inicial atualizado da contratação poderá ser aumentado ou suprimido até os limites previstos no art. 125 da Lei 14.133/21.

20.2. A vencedora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária.

20.3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta.

21. SANÇÕES

21.1. As sanções aplicáveis e os procedimentos a serem observados serão os previstos nos artigos 82 ao 91 do decreto municipal nº 099/2023 e nos artigos 155 e seguintes da Lei 14.133/21, no que couber, respeitados a ampla defesa e contraditório.

21.1.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante/contratado que:

21.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato;

21.1.3. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

21.1.4. Der causa à inexecução total do contrato;

21.1.5. Deixar de entregar a documentação exigida no certame;



21.1.6. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

21.1.7. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

21.1.8. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

21.1.9. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

21.1.10. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

21.1.11. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

21.1.12. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

21.1.13. Praticar atos lesivos previstos no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

21.3. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei 14.133/21);

21.4. Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II a VII do art. 156 da Lei 14.133/2021, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

21.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII a XII, bem como nas descritas nos demais incisos que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, ficando o responsável impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos (art. 156, §5º, da Lei).

21.6. Multa

21.6.1. Compensatória, para as infrações descritas nos incisos VIII a XI acima, de 1% a 5% do valor do contrato.

21.6.2. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no inciso III acima, a multa será de 1% a 30% do valor do contrato.

21.6.3. Para infração descrita no inciso II acima, a multa será de 1% a 20% do valor do contrato.



21.6.4. Para infrações descritas nos incisos IV a VII, a multa será de 1% a 10% do valor do contrato.

21.6.5. Moratória de 0,1% (zero virgula um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 90 (noventa) dias;

21.6.6. Moratória de 0,1% (zero virgula um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

21.7. O atraso superior a 90 (noventa) dias autoriza o Contratante a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

21.8. A aplicação das sanções previstas no contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).

21.9. Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).

21.10. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021)

21.11. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021).

21.12. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.13. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.14. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

21.14.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

21.14.2. As peculiaridades do caso concreto;

21.14.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

21.14.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;



21.14.5.A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.15. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133/2021).

21.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133/2021).

21.17. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161 da Lei nº 14.133/2021).

21.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

Santa Cruz do Capibaribe - PE, 11 de Abril de 2025

Antônio Marcelo Cumaru Pereira
Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente
Portaria GP nº 025/2025



APÊNDICE I DO TERMO DE REFERÊNCIA ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1. OBJETO

1.1. Equipamentos de Proteção Individual, conforme especificações e quantitativos descritos abaixo:

ITEM	NOME DO ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL
1	AVENTAL DE COZINHA	Avental de cozinha a base de pvc, liso na cor branca, com tiras para amarração, com forro em poliéster. 1,20x0,70. Deve possuir certificado de aprovação do ministério do trabalho e emprego - ca. Exclusivo me/epp.	und	213	R\$ 16,50	R\$ 3.514,50
2	AVENTAL DE RASPA	Avental de raspa para soldador, com mangas até o punho. 1,20 x 70cm deve possuir certificado de aprovação do ministério do trabalho e emprego - CA. Exclusivo me/epp.	und	45	R\$ 81,34	R\$ 3.660,30
3	BOTA CONTURNO	Bota coturno cano longo em couro para moto patrulhamento com proteção de macha solado antiderrapante com zíper na lateral. Proteção na tibia. numeração do 34 ao 46. cor preta. deve possuir certificado de aprovação do ministério do trabalho e emprego - CA. Exclusivo me/epp.	par	58	R\$ 251,00	R\$ 14.558,00
4	BOTA DE BORRACHA SETE LÉGUAS	Bota de borracha, cano longo, modelo sete léguas, solado antiderrapante. cores branca e preta. tamanhos 36 ao 44. Deve possuir certificado de aprovação do ministério do trabalho e emprego - CA. Exclusivo me/epp.	par	894	R\$ 56,39	R\$ 50.412,66
5	BOTA TIPO PANTANEIRO	Bota de pvc, tipo pantaneiro vulcanizada com solado antiderrapante, tamanho 36 ao 44. Deve possuir certificado de	par	65	R\$ 115,90	R\$ 7.533,50

ITEM	NOME DO ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL
		aprovação do ministério do trabalho e emprego - CA. cor predominantemente preta. Exclusivo me/epp.				
6	BOTA TIPO PANTANEIRO ATÉ VIRILHA	Bota de pvc, tipo pantaneiro vulcanizada com solado antiderrapante, altura até a virilha, tamanho 36 ao 44. Deve possuir certificado de aprovação do ministério do trabalho e emprego - CA. Cor predominantemente preta. Exclusivo me/epp.	par	414	R\$ 159,90	R\$ 66.198,60
7	BOTA DE SEGURANÇA SEM CADARÇO	Botina de segurança em couro curtido cromo em costura strobrel, com elástico, dorso acolchoado, com solado bi densidade injetado costurado sem biqueira de aço, com palmilha antimicrobiana. Tamanho do 36 ao 44. nbr iso 20347:2015-marcas recomendadas ou similares: kardesh, marluvas, bracol, cor predominantemente preto. Deve possuir certificado de aprovação do ministério do trabalho e emprego - CA. Exclusivo me/epp.	par	1064	R\$ 65,33	R\$ 69.511,12
8	BOTA DE SEGURANÇA COM CADARÇO	Botina de segurança, fechamento em cadarço, cano acolchoado, confeccionado em couro preto curtido ao cromo ou em couro nobuck, impermeável, palmilha de montagem em material sintético, solado poliuretano bi densidade injetado diretamente no cabedal, sem biqueira de aço, tamanho do 36 ao 44. nbr iso 20347: 2015, cor predominantemente preta. Deve possuir certificado de aprovação do ministério do trabalho e emprego - CA. Exclusivo me/epp.	par	289	R\$ 107,77	R\$ 31.145,53

ITEM	NOME DO ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL
9	CAMISA POLO PARA FARDAMENTO ADMINISTRATIVO	Camisa polo para fardamento administrativo, em malha piquet 100% algodão, punho e mangas curtas, cor a definir. tamanhos: p, m, g, gg. cores do tecido serão definidas na ordem de fornecimento. conforme modelo anexo vii. Exclusivo me/epp.	unidade	20	R\$ 36,50	R\$ 730,00
10	CAMISA UNISSEX MANGA LONGA	Camiseta unissex manga longa uv personalizada: tecido poliamida, malha certificada de proteção uv com upf 50+, gramatura min de 180g/m ² . gola: gola careca com viés, tamanhos: p, m, g, gg, adulto, com sublimação só na frente. nas cores cinza escuro, verde, laranja e azul marinho. Nome da secretaria ou da equipe na sublimação será definida no ato do pedido. Exclusivo me/epp.	und	200	R\$ 60,00	R\$ 12.000,00
11	CAPA CHUVA	Capa chuva: material pvc, tipo uso industrial, transmitância opaca, cor amarela, características adicionais capuz, s/forro, botões pressão de plástico, solda, tamanho m, g e gg. Exclusivo me/epp.	und	540	R\$ 15,42	R\$ 8.326,80
12	CAPACETE DE SEGURANÇA	Capacete de segurança material abs com carneira e jugular, com selo inmetro classe b. Deve possuir certificado de aprovação do ministério do trabalho e emprego - CA. exclusivo me/epp.	und	136	R\$ 46,90	R\$ 6.378,40
13	CAPACETE MOTOCICLISTA ABERTO	Capacete motociclista, modelo aberto, casco injetado em abs, revestimento de proteção em eps, forração Antialérgica, viseira em policarbonato com 2mm de espessura, com faixa reflexiva, cinta jugular em	und	10	R\$ 89,37	R\$ 893,70

ITEM	NOME DO ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL
		nylon com fecho micrométrico, com selo do inmetro. na cor preta tamanhos do 56 ao 62. Exclusivo me/epp.				
14	CAPACETE MOTOCICLISTA ESCAMOTÁVEL	Capacete para motociclista articulado escamoteável, na cor preta, com faixa reflexiva, com óculos de sol interno de proteção na cor preta, a e viseira externa transparente. casco em abs. Tamanho do 56 ao 62. Exclusivo me/epp.	und	14	R\$ 368,90	R\$ 5.164,60
15	CINTA LOMBAR	Cinta lombar ergonômica epi segurança: confeccionada em elástico de alta resistência, costura em nylon, suspensório com regulagem de comprimento, fechamento por velcro, haste flexível para lombar. cor preta. Tamanhos p,mg e gg. Exclusivo me/epp.	und	30	R\$ 37,58	R\$ 1.127,40
16	COLETE IDENTIFICAÇÃO	Colete identificação para ambulantes ou fiscalização composto por camisa, tipo regata, com abertura frontal e fechamento em zíper, com faixas refletivas. Conforme modelo do anexo i. camisa em tecido brim 100%, cores a serem definidas. identificação do epi, risco, atpv, numeração, tipo de ambulantes e emblemas (a serem definidos) bordados. tamanhos: p, m, g, gg. obs: as cores das faixas e do tecido serão definidas na ordem de fornecimento conforme modelo apresentado no anexo i do anexo v do edital. Obs: deve possuir certificado de aprovação do ministério do trabalho e emprego - CA. Exclusivo me/epp.	und	500	R\$ 64,80	R\$ 32.400,00

ITEM	NOME DO ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL
17	COLETE SINALIZAÇÃO TIPO X	Colete de sinalização refletivo tipo x. confeccionado em pvc, cor laranja fluorescente. possui faixas refletivas em vários pontos do colete, ajuste lateral através de velcro e acabamento total em viés. tamanhos a serem definidos pela secretaria no ato do pedido. exclusivo me/epp.	und	573	R\$ 12,56	R\$ 7.196,88
18	COTOVELEIRA	Cotoveleira articulada de proteção para motociclista fabricada em plástico injetável, com lycra confortável, vestindo antebraço e cotovelo como uma manga, costuras reforçadas. cor: preta. tamanhos p, m, g, gg conforme demandas das secretarias. qualidade igual ou superior a asw ou ims. exclusivo me/epp.	par	40	R\$ 83,34	R\$ 3.333,60
19	CONJUNTO PROTETOR	Conjunto protetor para aplicação de veneno e defensivos, com macacão, touca árabe com viseira. Deve possuir certificado de aprovação do ministério do trabalho e emprego - CA. Exclusivo me/epp.	conjunto	25	R\$ 159,99	R\$ 3.999,75
20	JOELHEIRA	Joelheira articulada de proteção para motociclista fabricado em plástico injetável asw, na cor preta. Qualidade igual ou superior a marca asw ou ims. Exclusivo me/epp.	par	40	R\$ 94,05	R\$ 3.762,00

ITEM	NOME DO ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL
21	LUVA ISOLANTE CLASSE 0	Luva borracha isolante para alta tensão, classe 0, tensão máxima 1.000 volts. astm d120/nbr 10622.deve possuir certificado de aprovação do ministério do trabalho e emprego - ca. Tamanhos conforme solicitação da secretaria no ato do pedido. Exclusivo me/epp.	par	112	R\$ 259,90	R\$ 29.108,80
22	LUVA ISOLANTE CLASSE 2	Luva borracha isolante para alta tensão, classe 2, tensão máxima 17.000 volts. Astm d120/nbr 10622.deve possuir certificado de aprovação do ministério do trabalho e emprego - CA. Tamanhos conforme solicitação da secretaria no ato do pedido. Exclusivo me/epp.	par	62	R\$ 559,90	R\$ 34.713,80
23	LUVA COURO CANO CURTO	Luva couro com solado raspa cano curto. Punho de 7cm. deve possuir certificado de aprovação do ministério do trabalho e emprego - CA. exclusivo me/epp.	par	1100	R\$ 11,40	R\$ 12.540,00
24	LUVA COURO CANO LONGO	Luva couro com solado raspa cano longo. punho de 20 cm. Deve possuir certificado de aprovação do ministério do trabalho e emprego - CA. Exclusivo me/epp.	par	1052	R\$ 18,03	R\$ 18.967,56
25	LUVA COURO VAQUETA	Luva de couro vaqueta, luva de cobertura em vaqueta para proteção das luvas de borracha, cano longo, mínimo 20 cm. Tamanhos variados do p ao gg, conforme demanda das secretarias. Exclusivo me/epp.	par	80	R\$ 23,59	R\$ 1.887,20

ITEM	NOME DO ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL
26	LUVA MOTOCICLISTA MEIO DEDO	Luva motociclista de proteção meio dedo em tecido poliéster com reforço entre os dedos, alça para retirada das luvas, proteção rígida na parte superior. tamanhos variados do p ao gg, conforme demanda das secretarias. Exclusivo me/epp.	par	80	R\$ 94,94	R\$ 7.595,20
27	LUVA PARA GARI	Luva para gari com punho de pano forrada internamente em algodão/poliéster, vulcanizado de látex, reforçado na palma e nos dedos. Tamanhos variados do p ao gg, conforme demanda das secretarias. exclusivo me/epp.	par	1065	R\$ 10,21	R\$ 10.873,65
28	LUVA PVC 56CM	Luva pvc forrado, punho 56cm para esgoto. Deve possuir certificado de aprovação do ministério do trabalho e emprego - CA exclusivo me/epp.	par	1096	R\$ 35,90	R\$ 39.346,40
29	LUVA PVC 70CM	Luva pvc forrado, punho 70cm para esgoto, até o ombro. deve possuir certificado de aprovação do ministério do trabalho e emprego - CA. exclusivo me/epp.	par	1030	R\$ 59,90	R\$ 61.697,00
30	LUVA ALGODÃO TRICOTADO	Luvas de algodão luva tricotada em fios de algodão, reversível, com punho de elástico. tamanho único, 04 fios. Exclusivo me/epp.	par	1146	R\$ 2,53	R\$ 2.899,38
31	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO	Luva para procedimento de saúde não cirúrgico: material: borracha natural - látex; formato: ambidestra; sem pó; tamanho grande; não estéril; uso único; caixa com 100 unidades. exclusivo me/epp.	caixa	1300	R\$ 32,39	R\$ 42.107,00

ITEM	NOME DO ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL
32	LUVA TÉRMICA	Luva térmica para baixa temperatura modelo igual ou superior a volk do brasil therma grip. Exclusivo me/epp.	par	10	R\$ 37,22	R\$ 372,20
33	MACACÃO APICULTOR	Macacão apicultor: 100% anti ferroadas, material: poliamida, tamanho: gg, mascara removível; tipo uso: apicultura, cor amarela. feito de tecido grosso e resistente, com ao menos 4 camadas de proteção. Com painéis ventilados que evitam o superaquecimento. Tamanho gg. exclusivo me/epp.	conjunto	5	R\$ 272,99	R\$ 1.364,95
34	MACACÃO JARDINEIRO	Macacão tipo jardineira, tipo pesca, impermeável, com bota pantaneiro, solado antiderrapante, tamanhos 36 ao 44. Deve possuir certificado de aprovação do ministério do trabalho e emprego - CA. Exclusivo me/epp.	conjunto	200	R\$ 213,67	R\$ 42.734,00
35	MANGUITO MANGA LONGA	Manguito manga longa proteção uv fps 50+ com encaixe dedo. exclusivo me/epp.	par	535	R\$ 22,90	R\$ 12.251,50
36	MÁSCARA COM FILTROS PARA GASES ORGÂNICOS E ÁCIDOS	Máscara com 2 filtros para gases orgânicos e ácidos, com respirador purificador de ar de segurança tipo peças 1/4 fácil, com válvula de exalação, com queixeira interna, com filtros inclusos. Deve possuir certificado de aprovação do ministério do trabalho e emprego - CA. exclusivo me/epp.	und	236	R\$ 32,18	R\$ 7.594,48

ITEM	NOME DO ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL
37	MÁSCARA DESCARTÁVEL	Máscara de não tecido mascar descartável simples, confeccionada em tnt tecido não tecido. lateralmente dois elásticos recobertos com algodão. Caixa com 100 unidades. exclusivo me/epp.	caixa	200	R\$ 11,64	R\$ 2.328,00
38	MÁSCARA DE SOLDA AUTOMÁTICA	Máscara de solda automática, auto escurecimento, proteção din. 13, com ajuste de sensibilidade. tipo tork. vonder ou superior. Deve possuir certificado de aprovação do ministério do trabalho e emprego-ca. exclusivo me/epp.	und	41	R\$ 343,45	R\$ 14.081,45
39	MÁSCARA RESPIRATÓRIA	Máscara respiratória pff2 sem válvula modelo igual ou superior ao pro agro delta plus. exclusivo me/epp.	und	370	R\$ 1,01	R\$ 373,70
40	ÓCULOS DE PROTEÇÃO	Óculos de proteção, lente incolor, anti-risco. Visor em policarbonato. deve possuir certificado de aprovação do ministério do trabalho e emprego - CA. exclusivo me/epp.	und	905	R\$ 4,53	R\$ 4.099,65
41	PERNEIRA	Perneira: confeccionada em raspa, fechamento em velcro (no mínimo 3 velcros para fechamento com segurança), comprimento de 40 cm, com certificado de aprovação mtps, aplicação epi. exclusivo me/epp.	par	30	R\$ 27,15	R\$ 814,50

ITEM	NOME DO ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL
42	PROTETOR AUDITIVO	Protetor auditivo, tipo concha (abafador) com nível de proteção no mínimo 20db, com almofadas acima da cabeça, haste metálica, com ajuste de altura e ajuste das conchas, flexível. dimensões mínimas: altura 1,00 cm, profundidade 1,00 cm, largura 1,00 cm, peso 150 gramas. tipo 3m, vonder ou superior. Deve possuir certificado de aprovação do ministério do trabalho e emprego - CA. Exclusivo me/epp.	und	98	R\$ 84,99	R\$ 8.329,02
43	PROTETOR AURICULAR	Protetor auricular tipo plug de silicone com cordão de algodão, composto de 3 flanges, atenuação de 15 db. deve possuir certificado de aprovação do ministério do trabalho e emprego - CA. Exclusivo me/epp.	und	775	R\$ 1,39	R\$ 1.077,25
44	PROTETOR FACIAL	Protetor facial transparente, constituído de carneira simples e visor transparente 200mm de altura, fabricado em material leve e resistente, com suporte confeccionado em material plástico, ajuste simples, cerca de 195 mm de largura e 200mm (8") de altura, com visor policarbonato. proteção da face do usuário contra impactos de partículas multidirecionais. Deve possuir certificado de aprovação do ministério do trabalho e emprego - CA. Exclusivo me/epp.	und	110	R\$ 32,49	R\$ 3.573,90
45	PROTETOR SOLAR	Protetor solar, tipo proteção uva/uvb, fator 50, loção farmacêutica cremosa, característica adicional isento de óleo, 120ml. cota principal.	frasco	2044	R\$ 31,97	R\$ 65.346,68

ITEM	NOME DO ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL
46	PROTETOR SOLAR	Protetor solar, tipo proteção uva/uvb, fator 50, loção farmacêutica cremosa, característica adicional isento de óleo, 120ml. cota reservada.	frasco	681	R\$ 31,97	R\$ 21.771,57
47	TALABARTE	Talabarte de posicionamento em corda de poliamida de no mínimo 13 mm, ajustável, com gancho nas duas extremidades para conexão lateral em cinturão. produto com certificado inmetro. Deve possuir certificado de aprovação do ministério do trabalho e emprego - CA. Exclusivo me/epp.	und	104	R\$ 180,88	R\$ 18.811,52
48	TOUCA ÁRABE	Touca árabe, tipo boné confeccionada em brim 100% algodão. Cores conforme as demandas das secretarias. Exclusivo me/epp.	und	1054	R\$ 15,00	R\$ 15.810,00
49	TOUCA DESCARTÁVEL	Touca descartável, em tnt, na cor branca, para cozinha, com elástico, confeccionada em tamanho único. Para proteção, segurança e conforto dos cabelos, evitando a soltura de fios sobre alimentos. caixa com 100 und. Exclusivo me/epp.	caixa	160	R\$ 8,50	R\$ 1.360,00
50	TOUCA TELADA	Touca telada, na cor branca, para cozinha, com elástico, confeccionada em tamanho único. Para proteção, segurança e conforto dos cabelos, evitando a soltura de fios sobre alimentos. Exclusivo me/epp.	und	200	R\$ 12,59	R\$ 2.518,00
51	UNIFORME ELETRICISTA	Uniforme para eletricitista, calça e camisa, nr10, com proteção de risco 2, proteção contra fogo repentino e arco elétrico, fabricado com tecido retardante a chama, 100% algodão, conforme normas	conjunto	129	R\$ 341,14	R\$ 44.007,06

ITEM	NOME DO ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL
		nfpa2112 e nfpa70e - nr10. identificação do epi, risco e atpv bordados. Tamanhos: p, m, g, gg. conforme modelo apresentado no anexo ii. obs: as cores das faixas e do tecido serão definidas na ordem de fornecimento. Deve possuir certificado de aprovação do ministério do trabalho e emprego - CA. exclusivo me/epp.				
52	UNIFORME GARI E CONSTRUÇÃO CIVIL	Uniforme para gari e construção civil composto por calça e camisa, com faixas refletivas. conforme modelo do anexo iii. camisa em tecido proteção uv, calça em tecido brim 100% cores a serem definidas. Identificação do epi, risco e atpv bordados. tamanhos: p, m, g, gg. conforme modelo apresentado no anexo i do anexo v do edital. Obs: as cores das faixas e do tecido serão definidas na ordem de fornecimento. deve possuir certificado de aprovação do ministério do trabalho e emprego - CA. Ampla concorrência	conjunto	1580	R\$ 129,99	R\$ 205.384,20
53	UNIFORME LIMPEZA	Uniforme de limpeza unissex, conjunto composto por camisa tipo jaleco resistente, em tecido de flanela, com viés e botão para fechamento, tamanhos p, m, g, gg. calça unissex em brim 100%, com bolsos frontais e traseiros, tamanho 38,40,42, 44, 46, 48. conforme modelo apresentado no anexo iv. obs: as cores das faixas e do tecido serão definidas na	conjunto	40	R\$ 80,00	R\$ 3.200,00

ITEM	NOME DO ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL
		ordem de fornecimento. Deve possuir certificado de aprovação do ministério do trabalho e emprego - CA. exclusivo me/epp.				
54	UNIFORME MAGARAFE	Uniforme para magarefe composto por calça e camisa, conforme modelo do anexo i99. Camisa em brim com gola "v", calça em tecido brim 100% cores brancas. identificação do epi, risco e atpv bordados. tamanhos: p, m, g, gg. conforme modelo apresentado no anexo i do anexo v do edital. obs: deve possuir certificado de aprovação do ministério do trabalho e emprego - CA. Exclusivo me/epp.	conjunto	100	R\$ 120,79	R\$ 12.079,00
55	UNIFORME VIGILANTE	Uniforme para vigilante, unissex, colarinho rígido, com aba e platina com 02 bolsos frontais tipo lapela e botão de fechamento, faixa adesiva para identificação acima do bolso esquerdo, tamanhos m, g, gg. calça tática unissex rip stop com 02 bolsos frontais, 02 traseiros tipo lapela com faixas adesivas para fechamento e 02 cargos tipo lapela com faixas adesivas para fechamento em tecido poliéster 67% e algodão 33%, tecido com efeitos quadriculados que caracterizam o "rip stop", tamanhos 38, 40, 42, 44, 46, 48, 50. Conforme modelo do anexo iv. exclusivo me/epp.	conjunto	30	R\$ 275,05	R\$ 8.251,50
VALOR TOTAL:					R\$ 1.091.117,46	



VALOR TOTAL: R\$ 1.091.117,46 (Um milhão, noventa e um mil, cento e dezessete reais e quarenta e seis centavos.)

2. EXIGÊNCIAS

2.1. Os itens deverão estar acondicionados de forma compatível à sua integridade e conservação e transportado(s) adequadamente.

2.2. A empresa vencedora será responsável pelo transporte do objeto deste Termo de Referência, de seu estabelecimento até o(s) local(ais) determinado(s) pelo Município para entrega, como também, será responsável pelo seu descarregamento.

2.3. Deverá ser emitida uma Nota Fiscal de venda para cada Ordem de Fornecimento enviada, onde conste, no mínimo, o nome do produto, sua marca, a quantidade fornecida, o valor unitário e o valor total. As informações deverão estar dispostas lado a lado, produto a produto, de modo a viabilizar a conferência.

2.4. O preço proposto deverá conter todos os custos, impostos, fretes, seguros e taxas, bem como quaisquer outros encargos que incidam sobre o objeto licitado.

2.5. Após a adjudicação, nenhum dos produtos oferecidos, poderá ser substituído por outros de outras marcas, salvo por produtos de qualidade comprovadamente igual ou superior e mediante justificativa por escrito, devidamente fundamentada e aceita pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, também de forma expressa.

Santa Cruz do Capibaribe - PE, 17 de Abril de 2025

Antônio Marcelo Cumaru Pereira
Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente
Portaria GP nº 025/2025

ANEXO I



ANEXO II



ANEXO III



ANEXO IV



ANEXO V



ANEXO VI



ANEXO VII



ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

Contrato nº ____/2025
Ata de Registro de Preços nº ____/2025
Processo de Licitatório nº ____/2025
Pregão Eletrônico nº ____/2025